

# Mercados radicais: uma solução para o Brasil?

Fernando de Holanda Barbosa

Professor da EPGE Escola Brasileira de Economia e Finanças (FGV EPGE)

Posner, professor da Escola de Direito da Universidade de Chicago, e Weyl, pesquisador da Microsoft, escreveram um livro com propostas radicais para transformar o capitalismo e a democracia numa sociedade mais justa. No prefácio (p. xiii), eles dizem que a semente para esse livro foi plantada em uma visita de um dos autores ao Rio de Janeiro.<sup>1</sup> Na página seguinte, eles afirmam que o Brasil é o país mais desigual do hemisfério ocidental, uma constatação que nos envergonha, mas que é o óbvio ululante, como diria Nelson Rodrigues. Qualquer estrangeiro que venha conhecer nosso país descobre rapidamente o fosso que separa os ricos dos pobres.

Como resolver esse problema? Eles mencionam (p. xiv) três estratégias de diferentes grupos da sociedade brasileira: a) **esquerda** - o governo deve taxar os ricos para oferecer casas, serviços médicos e emprego para os pobres; b) **direita** - o governo precisa privatizar as empresas estatais, estabelecer os direitos de propriedade, diminuir impostos e reduzir a regulação. Bote a economia para funcionar e a desigualdade será resolvida automaticamente; c) **tecnocrata do centro** - economia regulada por técnicos treinados no exterior, intervenções bem definidas que tenham sido testadas estatisticamente e reformas políticas que protejam os direitos humanos.

Alguém poderia argumentar que essas estratégias são caricatas e não refletem as posições dos diferentes grupos. Aqui não vamos entrar nessa seara porque pretendemos analisar a solução proposta pelos autores:

d) **mercados radicais** - imposto sobre a riqueza, com distribuição parcial da receita do imposto de modo uniforme pela população. Para entender essa proposta, devemos começar pelo imposto sobre a riqueza que eles propõem.

Arnold Harberger, professor da minha geração na Universidade de Chicago, responsável pela abertura daquela universidade aos estudantes da América Latina, especialista em finanças públicas, propôs uma solução para o problema da desonestidade dos proprietários de imóveis, em nosso continente, que procuravam não pagar o imposto devido usando o expediente de corromper os avaliadores para que eles subestimassem o valor da propriedade.

A solução de Harberger é simples e elegante. A existência de um imposto sobre a propriedade requer a avaliação do valor de mercado do imóvel. O mecanismo consiste em que o próprio dono declare seu valor e que ele seja obrigado a vendê-lo a qualquer um que esteja disposto a pagar o valor declarado. Nessas circunstâncias, o proprietário não tem o mínimo interesse em subestimar o valor da propriedade porque ele perderia dinheiro na venda, tampouco em superestimá-lo, porque ele teria que pagar mais imposto. Apesar da simplicidade e da engenhosidade do mecanismo, eu não tenho conhecimento de que ele tenha sido aplicado em algum lugar do mundo.

Posner e Weyl adotam a visão de que o foco da direita é a eficiência econômica, e o instrumento para atingir esse objetivo é o mercado. Por outro lado, a esquerda preocupa-se com a justiça social e defende a intervenção discricionária do estado. Os dois autores propõem uma solução de mercado que produziria não somente eficiência econômica, mas também justiça social.

Um fenômeno conhecido na literatura é o “problema do monopólio” da propriedade privada, que

impede a alocação eficiente desse recurso. Imagine um edifício antigo que pode ser transformado num prédio moderno. O incorporador compra quase todos os apartamentos, mas um proprietário resiste e somente vende seu imóvel a um preço exorbitante. O negócio não pode ser levado adiante, embora fosse eficiente do ponto de vista econômico.

Para resolver esse problema, Posner e Weyl sugerem a adoção do imposto de Harberger, baseado na autoavaliação com cláusula obrigatória de venda a esse preço. Os autores recomendam que esse tipo de imposto seja adotado para todos os ativos, tornando-o um imposto sobre a riqueza. A receita desse imposto, com uma alíquota de 7%, seria igual a 20% do PIB. Metade dessa receita seria suficiente para eliminar impostos sobre o capital e a outra metade poderia ser distribuída por toda a população de modo uniforme.

O livro de Posner e Weyl contém outras propostas, entre as quais cabe salientar mudança do processo de votação nas democracias, regulação de investidores institucionais e nova política de imigração, que não serão analisadas neste artigo.

Um país pobre como o Brasil não pode se dar ao luxo de ser cobaia de experimentos de política econômica. Na década de 80 do século passado, os planos heterodoxos de combate à inflação fracassaram porque partiram de um diagnóstico errado da causa da hiperinflação. Como a proposta de mercados radicais vai aumentar a produtividade do trabalhador brasileiro? Os autores não respondem, de forma explícita, a essa pergunta.

Posner e Weyl não incluem no livro a estratégia comprovadamente exitosa que foi capaz de transformar, em duas gerações, países pobres em países ricos: o plano utilizado por

Japão, Taiwan, Cingapura, Hong Kong, Coreia do Sul e, desde a década de 70 do século passado, China, que está caminhando para chegar lá. O método adotado por esses países consiste no e) **modelo asiático** - com educação de alta qualidade, absorção de tecnologia e taxas de poupança e investimento elevadas. Na verdade, essa estratégia é bastante simples: copie tudo que os países ricos fizeram, mas mantenha sua identidade cultural. No caso brasileiro, a implementação dessa estratégia exigiria a redução do consumo dos ricos para o aumento da taxa de poupança, um evento possível, mas improvável no país das casas-grandes, dos bairros ricos e das senzalas modernas, as favelas. ■

<sup>1</sup>Posner, Eric A. e Weyl, E. Glen (2019). *Radical Markets Uprooting Capitalism and Democracy for a Just Society*. Princeton: Princeton University Press.